



**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2025**

Jumil / pensou plantio,
pensou Jumil

Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	10
Balanços patrimoniais	14
Demonstrações de resultados	15
Demonstrações de resultados abrangentes	16
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	17
Demonstrações dos fluxos de caixa	18
Notas explicativas às demonstrações financeiras	19

Relatório da Administração

Apresentamos aos nossos acionistas e ao mercado o relatório da administração relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Os valores do relatório da administração estão sendo apresentados em reais, exceto quando indicado de outra forma.

Conjuntura

O ano de 2025 foi novamente um ano de grandes desafios e volatilidade para o setor e para a empresa. Os investimentos em máquinas e implementos agrícolas – especificamente as plantadoras e semeadoras para grãos e cereais, que são o negócio principal da Companhia – seguiram em retração com intensidade maior que a esperada por uma série de fatores que, combinados, resultaram mais uma vez em grandes dificuldades de previsão, planejamento e tomada de decisões ao longo do ano.

A safra 2024/25 entregou novo recorde histórico de produção, alcançando 350 milhões de toneladas, crescimento impulsionado principalmente pela soja, milho, arroz e algodão, que juntos responderam por 47 milhões de toneladas adicionais em relação à safra anterior, com crescimento da área total cultivada (somando 1ª, 2ª e 3ª safras) de 79,9 para 81,7 milhões de hectares, dados da Conab. O clima teve novamente um papel decisivo no desenvolvimento das lavouras, com episódios de atraso de chuvas em algumas regiões e excesso em outras, prejudicando de forma mais acentuada o Rio Grande do Sul e Mato Grosso do Sul, mas de maneira geral apresentando regimes mais regulares de chuvas e temperaturas comparativamente à safra anterior.

Além da safra recorde no Brasil, houve aumento de oferta global devido à boas safras também na Argentina e nos Estados Unidos, o que mesmo considerando a expansão da demanda global puxada principalmente por ração animal e biocombustíveis, manteve estáveis os preços na Bolsa de Chicago e, associado aos custos de produção elevados, reduziu as margens para os produtores, especialmente aqueles com parte das terras arrendadas. Somando a esse cenário desafiador de produção, renda e margem, o setor atravessou mais um ano de altas taxas de juros e aperto nas condições para concessão de crédito.

Internamente, a Companhia enfrentou novamente ao longo de todo ano uma intensa guerra de preços causada pelo excesso de oferta, que levaram à perda de mais de R\$ 70 milhões em negócios e à necessidade de redução de margens e concessão de prazos mais alongados em boa parte das negociações, prejudicando o resultado econômico e a geração de caixa. Após o período de realização das grandes feiras, encerrado em meados de junho, a Companhia possuía uma carteira de R\$ 130 milhões em pedidos para financiamento. Com o anúncio do Plano Safra no início de julho, a expectativa era que o fluxo de liberação dos recursos seguisse o ritmo parecido com os anos anteriores, o que não aconteceu. Esta lentidão na liberação dos recursos e a proximidade do início do plantio colocaram em risco parte da carteira de pedidos, uma parte foi convertida para recursos próprios e cerca de R\$ 60 milhões foram perdidos por não liberação dos financiamentos a tempo.

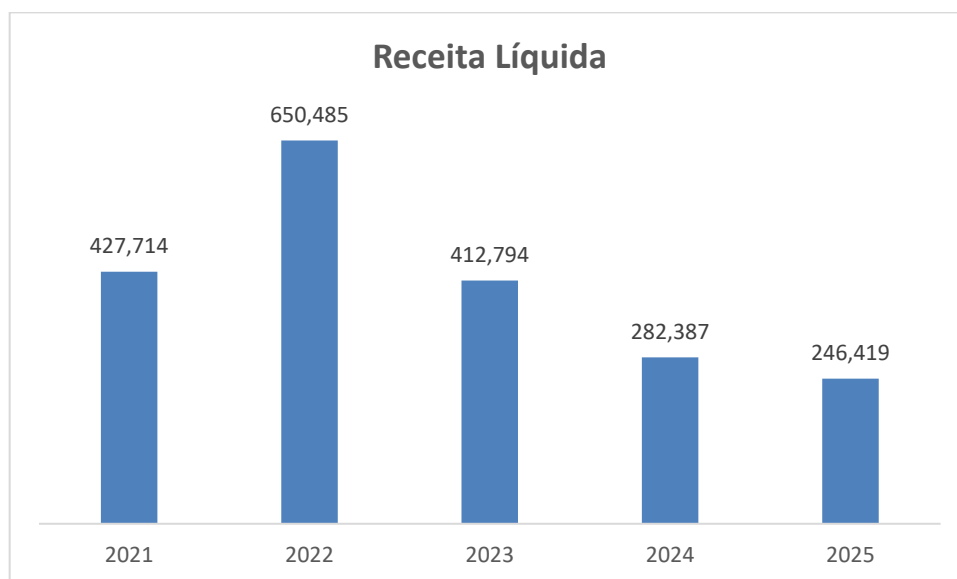
Segundo a Abimaq, as vendas consolidadas do setor de Máquinas e Implementos Agrícolas (incluindo tratores e colheitadeiras) cresceram 7,4% em 2025, totalizando R\$ 66,8 bilhões, com o crescimento puxado principalmente pelas vendas de tratores de pequeno porte para agricultura familiar –

que tem taxas de juros mais baixas – e voltados principalmente para os segmentos de café, frutas e pecuária. Quanto aos implementos agrícolas para plantio, os dados indicam que o número de linhas produzidas em 2025 foram praticamente os mesmos de 2024, com o share da Companhia tendo permanecido estável para as plantadoras de culturas de verão e apresentado um crescimento de 2,5 pontos percentuais para as semeadoras de culturas de inverno e plantas de cobertura.

Aspectos econômicos e financeiros

Receita

A receita operacional líquida (ROL) anual foi de R\$ 246.419 (-12,8% em relação a 2024 R\$ 282.387), sendo R\$ 114.890 (46,6%) no 1º semestre e R\$ 131.529 (53,4%) no 2º semestre. Em relação ao orçamento anual planejado, essa distribuição quase linear da receita nos dois semestres deveu-se menos a um bom volume de negócios no primeiro semestre e mais à queda no volume de negócios no segundo semestre, principalmente à não conversão de parte dos pedidos de financiamento esperados para os meses de agosto a novembro, por conta de restrição de crédito aos clientes.



EBITDA

O EBITDA nominal foi de -(R\$ 11.230 (em 2024, R\$ 1.148) e a margem EBITDA foi de -12,93% (em 2024, 0,4%). Os principais fatores que contribuíram para esse resultado operacional insatisfatório foram a queda da margem de contribuição e da margem bruta pelo excesso de oferta e consequente “guerra de preços” com os principais concorrentes, os custos de ociosidade devido à não conversão da carteira de pedidos de financiamento no período de maior demanda esperada, gastos com garantias além do previsto e gastos rescisórios pela redução do quadro de funcionários realizada entre setembro e dezembro.

Geração de Caixa

A geração de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais e nas atividades de investimentos em 2025 foi de -R\$ 14.613 (em 2024, -R\$ 18.770). Embora negativo, esse resultado foi consideravelmente melhor que 2024, devido principalmente à redução dos estoques fabris, negociação de melhores prazos com fornecedores e vendas de parte das máquinas de demonstração, impactando positivamente o ciclo financeiro.

Endividamento Financeiro e Liquidez

Não obstante à geração negativa de caixa em 2025, a Companhia conseguiu honrar todos os seus compromissos financeiros contratados, tendo pago R\$ 126.757 de dívidas com instituições financeiras e captado novos empréstimos no montante de R\$ 145.180, resultando em um aumento da dívida financeira líquida em R\$ 18.423, totalizando R\$ 158.659. Devido à queda expressiva do EBITDA, o indicador Dívida Líquida / EBITDA encerrou o ano negativa e o indicador de Liquidez Corrente encerrou em 1,16.

Aspectos Estratégicos**Inovação**

Produtos – apesar da conjuntura de mercado, a Companhia seguiu com sua estratégia de inovação e lançou dois novos produtos, a Plantadora Transportável TERRA CCS 51L, para tratores de 440 a 520cv, introduzindo a tecnologia de caixa central de sementes nesta família de produtos, e a ampliação da família EXPRESSA, com os modelos de 35 a 41 linhas e chassi de 5 corpos, para tratores de 370 a 460cv. Houve também o lançamento de produtos derivados de menor porte, como a Plantadora Adubadora AURORA e a Plantadora Adubadora de Hortaliças EXCELLENCE NATURA. A empresa seguiu também com os projetos de melhoria contínua dos produtos existentes.

Serviços – A Jumil Serviços segue ampliando a sua atuação como processo estratégico para a fidelização do cliente e capacitação dos canais de vendas. Em 2025 foi inaugurada a primeira oficina modelo na revenda Plante Bem, em Itaberaí/GO, também foi feito um grande avanço no programa de treinamento com a ampliação das trilhas de treinamento EAD e a introdução da tecnologia de realidade aumentada para treinamentos avançados de eletrônica, hidráulica e pneumática.

Financiamento para Inovação

Em 2024 a Companhia aprovou um projeto de financiamento para inovação Junto à FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos no montante total de R\$ 42 milhões, para o desenvolvimento de 4 novas famílias de produtos. Em 2025 foram liberadas 2 tranches, uma em janeiro no valor de R\$ 18 milhões e outra em dezembro no valor de R\$ 14 milhões, totalizando R\$ 32 milhões. Todos os projetos foram executados e entregues conforme cronograma, tendo passado por validação e lote piloto e estarão inseridos no portfólio de produtos da empresa em 2026.

Desenvolvimento dos Canais de Vendas e Motor Comercial

O projeto estratégico de remodelagem e desenvolvimento dos canais de vendas teve um avanço importante em 2025, consolidando o novo modelo que consiste no estabelecimento de processos padronizados buscando fortalecer as parcerias comerciais e tornar os parceiros mais alinhados com a nossa estratégia de foco em plantio, bem como aumentar a relevância da Jumil para os parceiros, visando o crescimento das vendas de máquinas, peças e serviços.

Dentre os diversos avanços destacamos um programa de treinamento realizado em parceria com a Fundação Dom Cabral, pelo qual toda a equipe comercial da Companhia e mais de 60 pessoas integrantes das equipes comerciais dos canais de vendas receberam treinamento sobre técnicas de vendas consultivas e desenvolvimento de trabalho padrão voltado a vendas.

Outro avanço importante em 2025 foi a introdução da ferramenta de CRM, que a partir de maio passou a integrar o processo de vendas, sendo utilizada por toda a equipe comercial interna assim como pelas equipes comerciais das revendas que já operam no novo modelo de canais de vendas. Com essa ferramenta a Companhia tem visibilidade em tempo real acerca das oportunidades de vendas e dos negócios em andamento em cada estágio do funil de vendas, bem como passa a fazer uma gestão mais ativa do desempenho do seu motor comercial.

Encerramos 2025 com 25 revendas já integradas ao novo modelo e outras 45 em prospecção e adequação.

Crédito e Inadimplência

Desde 2023, o aumento do nível de endividamento dos produtores e o crescimento dos pedidos de recuperação judicial resultaram na elevação da percepção de risco e do rigor das instituições financeiras para concessão de crédito, ocasionando uma grande redução no índice de conversão da carteira de pedidos financiados e aumentando a pressão para concessão de crédito direto aos clientes, o que refletiu em aumento do ciclo financeiro e do índice de inadimplência.

Para conter o aumento do risco de crédito e do ciclo financeiro decorrente dessa mudança estrutural, a Companhia intensificou o uso de instrumentos financeiros alternativos, como por exemplo o consórcio, o *barter* e as plataformas de crédito. Em 2026, será introduzida uma nova política de crédito para as operações com recursos próprios de clientes, de modo a reduzir o risco de inadimplência.

Sustentabilidade

Em 2025, seguimos firmes com nosso compromisso com a sustentabilidade. Mantivemos e fortalecemos iniciativas voltadas à redução do consumo e do desperdício de água e energia elétrica, adotando soluções mais eficientes e conscientes em nossos processos. Também evoluímos no controle e na diminuição da geração de resíduos sólidos, reforçando nossa responsabilidade ambiental.

Perspectivas

No fechamento deste relatório a Conab estima que a safra 2025/26 alcançará mais de 353 milhões de toneladas, resultado pouco maior que a safra anterior, mas ainda assim um novo recorde nacional. Destaque mais uma vez deverá ser a soja, com produção total estimada em mais de 176 milhões de toneladas, crescimento de 4,6 milhões de toneladas (2,7%); o milho deve registrar leve queda de 2,0 milhões de toneladas (-1,5%) e o arroz uma queda mais acentuada de 1,7 milhões de toneladas (-13,3%). Apesar de episódios de atraso de plantio devido à irregularidade das chuvas em algumas regiões, as lavouras apresentam bom desenvolvimento na maior parte do país.

Nos EUA a previsão é de que haja alguma redução na área plantada de soja, enquanto o milho deve manter sua força como principal cultura agrícola do país. Na Argentina a expectativa é que haja novo recorde de produção, com ligeira redução na área plantada de soja, mas com alto uso de tecnologia. Esse cenário de manutenção de oferta elevada de soja deve manter os estoques finais globais em patamares confortáveis, sustentando os preços na Bolsa de Chicago próximos ou até abaixo da média histórica e pressionando a rentabilidade dos produtores.

Do ponto de vista do investimento em máquinas e implementos, vemos o ano de 2026 como continuidade de 2025 no que se refere aos principais fundamentos do negócio (taxa de juros segue elevada ou com redução lenta; capacidade de investimento e acesso a crédito dos produtores segue restrita por alavancagem e/ou queda de resultado operacional, devendo priorizar o custeio; custos de sementes, fertilizantes e defensivos seguem pressionando os resultados; preços das principais commodities agrícolas globais tendendo à estabilidade ou no máximo leve alta puxada pela demanda por ração animal e biocombustíveis, a depender do clima nos principais países produtores).

Nesse contexto, o orçamento para 2026 visa a manutenção ou um pequeno crescimento de market share em regiões onde em 2025 foram feitos os maiores investimentos no desenvolvimento dos canais de vendas e demonstrações de novos produtos.

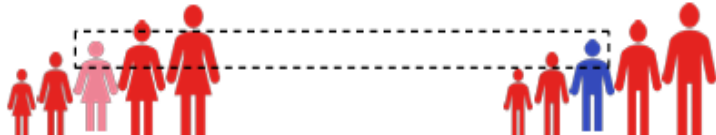
Quanto às vendas, a Companhia segue implementando um amplo programa de desenvolvimento e qualificação dos canais de vendas e do seu próprio time comercial, introduzindo melhores processos e ferramentas de suporte (CRM, alternativas de crédito ao cliente (consórcio, barter, análise de crédito antecipada junto aos bancos, etc.), integração de estoques de peças de reposição, melhor nível de serviço pós-vendas, etc.) que devem gerar mais oportunidades de negócios e melhorar o índice de conversão.

Política de equidade

Relatório de Transparência e Igualdade Salarial de Mulheres e Homens - 2º Semestre 2025 Empregador: 44.944.668/0001-62 / Quant. de trabalhadores ativos em 30/06/2025: 631

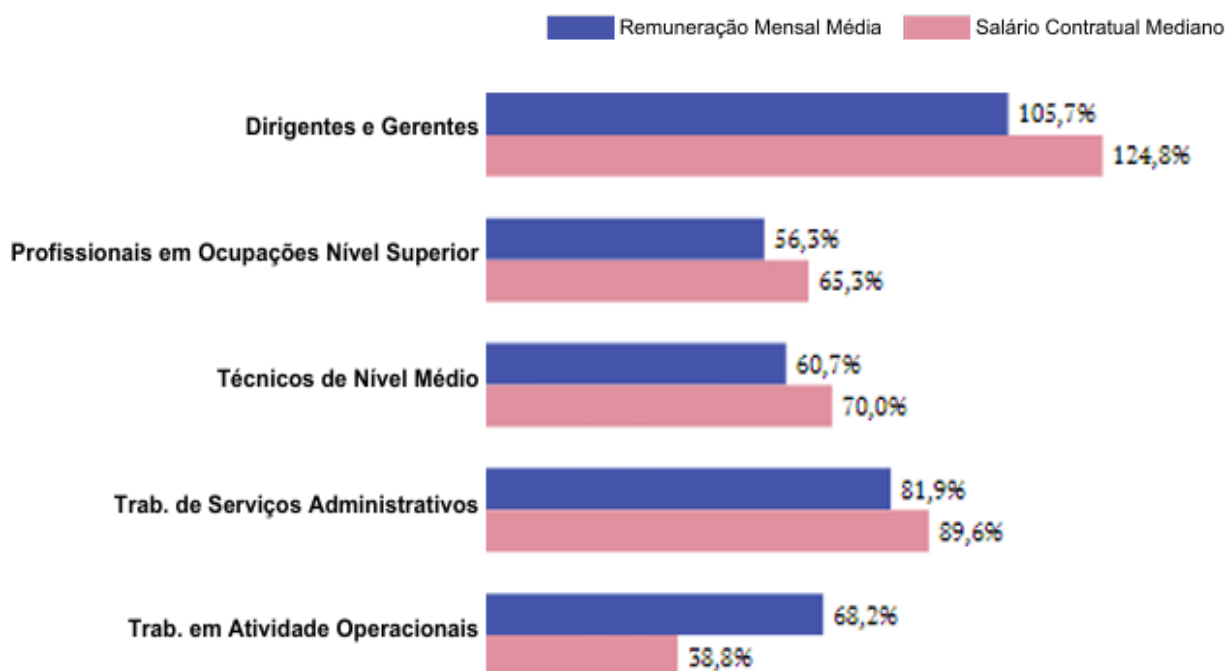
Diferença salarial entre mulheres e homens

- O salário contratual mediano das mulheres equivale a 54,9% do recebido pelos homens.
- A remuneração média mensal das mulheres equivale a 71,7% da recebida pelos homens.

Indicador	Definição	Razão M/H
Salário Contratual Mediano	Salário mediano para Mulheres (M) Salário mediano para Homens (H) Razão M / H = quanto o salário das mulheres equivale ao salário dos homens, em % 	54,9%
Remuneração Mensal Média	$\text{Número Total de Homens} \div \text{Remuneração Mensal Média para Homens (H)}$ $\text{Número Total de Mulheres} \div \text{Remuneração Mensal Média para Mulheres (M)}$ Razão M / H = quanto a remuneração das mulheres equivale à remuneração dos homens, em porcentagem (%) 	71,7%

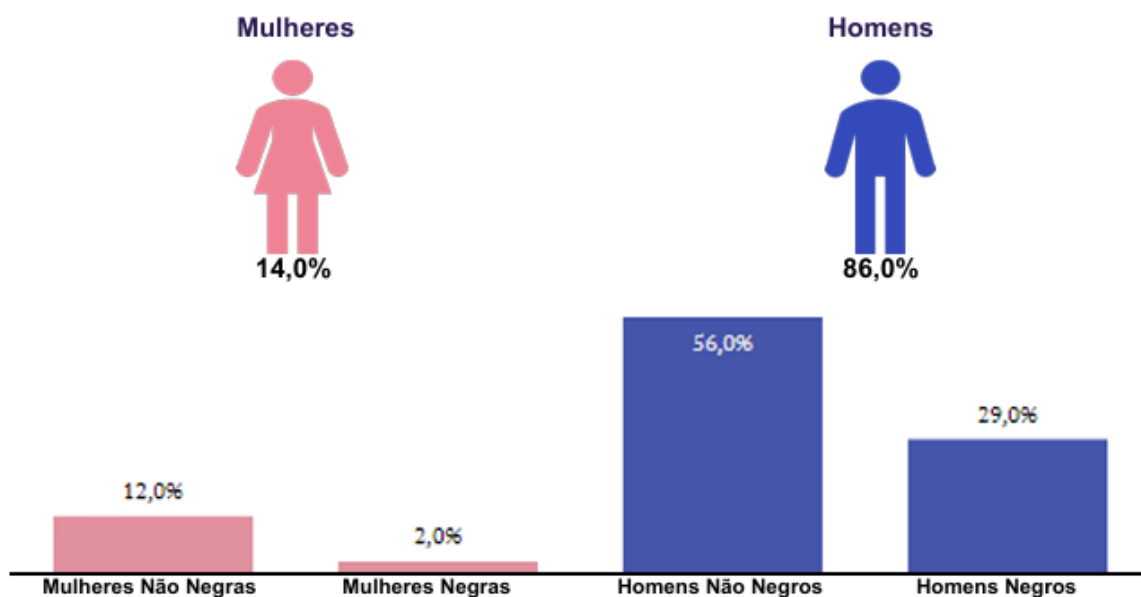
Diferença salarial entre homens e mulheres, por grandes grupos ocupacionais

São apresentadas em % quanto a remuneração das mulheres vale em relação à dos homens. As situações positivas mostram valores maiores ou iguais a 100%



Para cada grupo de ocupação que não apresenta cálculo da diferença, para salário de contratação ou para remuneração média, pode ter ocorrido um dos seis motivos: (1) por ter menos de três mulheres; (2) por ter menos de três homens; (3) por não ter mulheres; (4) por não ter homens; (5) por não ter três homens nem três mulheres naquele grupo ocupacional; (6) por não ter nem homens nem mulheres naquele grupo ocupacional.

Composição do total de empregados por sexo e raça/cor



CrITÉRIOS de remuneração e ações para garantir diversidade

CrITÉRIOS remuneratÓrios	
Plano de Cargos e Salários ou Plano de Carreira	
Cumprir metas de produção	
Disponibilidade para horas extras, reuniões com clientes e viagens	
Disponibilidade de pessoa em ocupações específicas	
Tempo de experiência profissional	
Capacidade de trabalho em equipe	
Proatividade, desenvolvimento de ideias e sugestões	
Ações para aumentar a diversidade	
Ações de apoio a compartilhamento de obrigações familiares para ambos os sexos	
Políticas de contratação de mulheres (negras, com deficiência, em situação de violência, chefes de família, LGBTQIA+, Indígenas)	
Políticas de promoção de mulheres para cargos de direção e gerência	

Fonte: eSocial. Rais Mensal Junho de 2025 e Portal Emprega Brasil - Agosto de 2025



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Administradores da
JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A.
Batatais -São Paulo

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da JUMIL – Justino de Moraes, Irmãos S.A. em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração da receita dos produtos vendidos – Satisfação de obrigação de *performance*

Veja as Notas explicativas nº 6.b e 25 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
Em virtude da diversificação da carteira de clientes da Companhia e a necessidade de que as receitas de vendas sejam reconhecidas, dentre outros requerimentos descritos na nota explicativa nº 6.b, a partir do momento em que a Companhia efetua a transferência ao comprador dos riscos e benefícios significativos inerentes à propriedade dos produtos e mercadorias e que envolvem relevante controle logístico implementado pela Companhia para monitoramento das entregas de mercadorias que incluem a obtenção de evidências quanto aos respectivos aceites pelos clientes, consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria tendo em vista que, são realizadas vendas de valores expressivo e, em decorrência da logística de entrega, pode haver um intervalo de tempo entre o período de emissão das notas fiscais de vendas e a efetiva transferência dos riscos e benefícios.	Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a: - Teste documental de amostra representativa de notas fiscais e comprovantes de entrega, a fim de corroborar a aderência do relatório que demonstra as notas fiscais faturadas e não entregues no período. Tal relatório é base para o cálculo de estorno da receita; - Recálculo dos valores dos ajustes efetuados pela Companhia para estornar as receitas de vendas faturadas e não entregues no período contábil adequado; - Testes extensivos de comprovação da satisfação de obrigação de <i>performance</i> de vendas, e seu respectivo reconhecimento contábil mediante efetiva entrega ocorridas durante o período anterior e posterior ao fechamento contábil; e - Entendimento dos controles-chave de cut-off: Realizamos o entendimento do desenho e da implementação dos controles de corte de vendas relacionados à emissão de notas fiscais, expedição e comprovação de entrega, avaliando sua adequação para suportar o reconhecimento da receita no período correto; e - Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras consideram todas as informações relevantes. Com base nos procedimentos realizados, identificamos que, embora a Administração tenha aplicado a abordagem simplificada para determinação de <i>cut-off</i>, os controles associados ao processo não atenderam integralmente aos requisitos do CPC 47, resultando em inconsistências na mensuração da provisão para <i>cut-off</i> da receita. Como resultado, foram apurados ajustes imateriais, não registrados pela Administração, os quais foram refletidos na folha de ajustes da auditoria e comunicados como deficiência de controle

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos de auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto, 27 de março de 2026

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F F SP



Marcela Sette Bezerra

Contadora CRC SP 250134/O-1

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	Nota	2025	2024	Passivo	Nota	2025	2024
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	8	13.503	10.195	Fornecedores	17	23.338	17.793
Contas a receber de clientes	10	97.886	100.858	Empréstimos e financiamentos	18.a	79.727	58.582
Estoques	11	45.512	66.888	Debêntures	18.b	19.121	6.543
Adiantamentos a fornecedores		8.566	5.045	Instrumentos financeiros derivativos	31	678	-
Tributos a recuperar	12	14.484	3.762	Salários e encargos sociais	19	6.688	6.540
Instrumentos financeiros derivativos	31	-	2.592	Comissões a pagar		4.490	5.385
Imposto de renda e contribuição social a compensar	23.a	-	443	Tributos a recolher		1.094	890
Demais contas a receber		3.452	2.560	Parcelamentos de encargos sociais	19.a	1.322	1.453
Total do ativo circulante		183.403	192.343	Parcelamentos de tributos sobre o lucro	19.b	7.377	6.693
Não circulante				Adiantamentos de clientes	20	3.833	2.079
Realizável a longo prazo				Provisões para garantias		948	3.256
Títulos e valores mobiliários	9	-	588	Dividendos e JCP a pagar		4.491	5.101
Tributos a recuperar	12	739	7.712	Outras contas a pagar	21	5.178	4.867
Mútuo a receber de partes relacionadas	13	13.696	10.011	Total do passivo circulante		158.285	119.182
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.b	27.642	22.184	Não circulante			
Depósito judiciais	22	1.917	1.921	Empréstimos e financiamentos	18.a	59.811	59.658
Demais contas a receber		1.671	1.547	Debêntures	18.b	-	20.652
Total do realizável a longo prazo		45.665	43.963	Provisões para demandas judiciais	22	2.801	2.938
Investimentos	14	11	13	Provisão para perda com investimentos	14	1.600	1.508
Outros investimentos		588	523	Parcelamentos de encargos sociais	19.a	1.580	2.425
Imobilizado	15	70.061	68.239	Parcelamentos de tributos sobre o lucro	19.b	3.669	10.020
Intangível	16	3.130	4.347	Outras contas a pagar	21	1.192	1.622
Total do ativo não circulante		119.455	117.085	Total do passivo não circulante		70.653	98.823
				Patrimônio líquido			
				Capital social	24.a	100.000	100.000
				Ajuste de avaliação patrimonial	24.b	1.838	1.933
				Prejuízos acumulados		(27.918)	(10.510)
				Total do patrimônio líquido		73.920	91.423
				Total do passivo		228.938	218.005
Total do ativo		302.858	309.428	Total do passivo e patrimônio líquido		302.858	309.428

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Receitas líquidas de vendas e serviços prestados	25	246.419	282.387
Custo das vendas e serviços	26	<u>(187.083)</u>	<u>(198.460)</u>
Lucro bruto		59.336	83.927
Despesas gerais e administrativas	27	(37.293)	(34.188)
Despesas com vendas	27	(43.478)	(57.116)
Outras receitas operacionais, líquidas	28	<u>13.643</u>	<u>1.221</u>
Resultado operacional antes do resultado financeiro		<u>(7.792)</u>	<u>(6.156)</u>
Receitas financeiras	29	23.797	11.357
Despesas financeiras	30	<u>(38.873)</u>	<u>(38.293)</u>
Resultado financeiro		<u>(15.076)</u>	<u>(26.936)</u>
Resultado de equivalência patrimonial	14	<u>(93)</u>	<u>(91)</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		<u>(22.961)</u>	<u>(33.183)</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23	<u>5.458</u>	<u>9.249</u>
		<u>5.458</u>	<u>9.249</u>
Resultado do exercício		<u><u>(17.503)</u></u>	<u><u>(23.934)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	2025	2024
Resultado do exercício	(17.503)	(23.934)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(17.503)</u></u>	<u><u>(23.934)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Reservas de lucros	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Em 01 janeiro de 2024		<u>36.200</u>	<u>5.058</u>	<u>2.028</u>	<u>72.071</u>	<u>-</u>	<u>115.357</u>
Aumento de capital conforme AGO datada de 14 de maio de 2024	24.a	63.800	-	-	(63.800)	-	-
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(95)	-	95	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(23.934)	(23.934)
Absorção de prejuízos		-	(5.058)	-	(8.271)	13.329	-
Em 31 de dezembro de 2024		<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>1.933</u>	<u>-</u>	<u>(10.510)</u>	<u>91.423</u>
Realização da reserva de reavaliação		-	-	(95)	-	95	-
Resultado do exercício		-	-	-	-	(17.503)	(17.503)
Em 31 de dezembro de 2025		<u>100.000</u>	<u>-</u>	<u>1.838</u>	<u>-</u>	<u>(27.918)</u>	<u>73.920</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

JUMIL - Justino de Moraes, Irmãos S.A.**Demonstrações dos fluxos de caixa**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Nota	2025	2024
Fluxos de caixa originados de atividades operacionais			
Resultado do exercício		(17.503)	(23.934)
Ajustes de:			
Depreciação e amortização	15/16	7.331	7.304
Provisões para perdas esperadas de crédito	31.c	2.609	2.491
Provisão de juros fornecedores em atraso		(2)	(9)
Ajuste a valor presente		1.922	1.715
Provisão receitas não realizadas	10	1.255	1.948
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos	23	(5.458)	(9.249)
Constituição de provisão para garantias		(2.309)	1.864
Constituição de provisão para contingências	22	(136)	(215)
Provisão (reversão) para perdas em estoques	11	(732)	353
Provisão de receita não realizada em estoques - cut off	11	(482)	(890)
Provisão de faturamento antecipado de receita não realizada		-	226
Resultado de equivalência patrimonial	14	93	91
Resultado na venda de imobilizado	15	(169)	(224)
Instrumentos financeiros derivativos		678	(2.592)
Juros apropriados - Empréstimos e Financiamentos	18.a	8.084	15.494
Juros apropriados - Debêntures	18.b	4.019	4.534
		(800)	(1.094)
Variações no capital circulante:			
Contas a receber de clientes		(2.770)	(1.034)
Estoques	11	22.590	(640)
Adiantamento a fornecedores		(3.521)	(2.266)
Tributos a recuperar	12	(3.510)	10.556
Outros recebíveis		(1.012)	870
Fornecedores	17	5.504	3.076
Salários, encargos sociais e parcelamentos de encargos sociais	19	(6.495)	(5.905)
Adiantamento de clientes	20	1.754	654
Outras obrigações		(3.610)	309
Caixa gerado pelas atividades operacionais		8.130	4.526
Outros juros pagos		(658)	-
Juros pagos sobre empréstimos e financiamentos	18.a	(8.125)	(7.106)
Juros pagos sobre debêntures	18.b	(4.087)	(4.825)
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(4.740)	(7.405)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisições de ativo imobilizado	15	(7.985)	(8.347)
Aquisições de ativo intangível	16	(121)	(239)
Recebimento (aplicação) de títulos e valores mobiliários	9	588	(55)
Aumento de outros investimentos		122	27
Recebimento pela venda de imobilizado		1.208	268
Empréstimos parte relacionadas		(3.685)	(3.019)
Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos		(9.873)	(11.365)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos			
Captação de empréstimos e financiamentos	18.a	145.180	85.598
Pagamento de empréstimos - principal	18.a	(118.751)	(44.940)
Pagamento de debêntures - principal	18.b	(8.006)	(12.009)
Pagamento de empréstimos de partes relacionadas	18.a	108	109
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		(610)	(4.029)
Fluxo de caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos		17.921	24.729
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		3.308	5.959
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	8	10.195	4.236
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	8	13.503	10.195
Aumento em caixa e equivalentes de caixa		3.308	5.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Jumil – Justino de Moraes, Irmãos S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Moacyr Dias de Moraes, nº 1.043, bairro Riachuelo, na cidade de Batatais, Estado de São Paulo. Constituída em 1936, a Companhia atua na fabricação e comercialização de equipamentos agrícolas de plantio, peças de reposição, prestação de serviços de assistência técnica e produção de fundidos de metais ferrosos. A Companhia é genuinamente brasileira e figura entre as principais fabricantes de equipamentos agrícolas do país.

A Companhia detém 99,91% do capital social da Jumil Transporte e Comércio Ltda., sociedade sediada em Batatais – SP, cujo objeto social é o transporte rodoviário de cargas, e 95,00% da Jumil México Implementos Agrícolas S. de R.L. de C.V., localizada na cidade de Cuautla, Estado de Morelos, México, que tem como atividade principal a comercialização de implementos agrícolas.

Reforma tributária

Em 16 de janeiro de 2025, foi sancionada a Lei Complementar nº 214, que representa a primeira etapa de regulamentação da Reforma Tributária no Brasil. O novo modelo institui um Imposto sobre Valor Agregado (IVA) estruturado sob o modelo de IVA dual, composto por:

- Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), de competência federal; e
- Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), de competência subnacional.

Esses tributos substituirão PIS, COFINS, ICMS e ISS.

Foi também instituído o Imposto Seletivo (IS), de competência federal, incidente sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços considerados prejudiciais à saúde ou ao meio ambiente, conforme regulamentações complementares.

O período de transição ocorrerá entre 2026 e 2032, durante o qual o sistema tributário atual coexistirá com o novo regime. Os impactos da Reforma Tributária somente poderão ser avaliados de forma precisa após a conclusão da regulamentação dos pontos ainda pendentes.

Para o encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não há impactos decorrentes da Reforma Tributária refletidos nas demonstrações financeiras apresentadas nesta data.

2 Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo CPC e as disposições da Lei nº 6.404/76.

A emissão das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2026. Após essa data, somente os acionistas têm o poder de modificar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis materiais adotadas pela Companhia estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

A Companhia optou por não apresentar suas demonstrações financeiras consolidadas, pois julga que montantes das transações mantidas pelas investidas são imateriais, e portanto, os saldos consolidados seriam substancialmente idênticos ao da controladora (Companhia). Veja detalhes nas notas explicativas 6.f e 14.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na condução dos negócios da Companhia.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração fez julgamentos e estimativas sobre o futuro, incluindo riscos e oportunidades relacionados ao clima, que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são consistentes com o gerenciamento de riscos da Companhia e com os compromissos relacionados ao clima, quando apropriado. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente:

a. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas na data da emissão do relatório que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa nº 10** - mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda;
- **Nota explicativa nº 11** - mensuração da provisão para perdas em estoque;
- **Nota explicativa nº 15 e 16** - teste de redução ao valor recuperável de ativos imobilizado e intangíveis: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota explicativa nº 22** - reconhecimento e mensuração de provisões para contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota explicativa nº 23** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- **Nível 1:** preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- **Nível 2:** *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do exercício das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 31 - Instrumentos financeiros.

b. Mudanças nas principais políticas contábeis

A Companhia não teve quaisquer alterações em suas políticas contábeis em relação as demonstrações financeiras em e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplica as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nesta demonstração financeira.

a. Moeda estrangeira

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Companhia pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Receita operacional

(i) Venda de bens – equipamentos agrícolas e peças fundidas para terceiros

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

A Companhia determinou que, para o equipamento produzido sob encomenda, o cliente controla todos os trabalhos em andamento à medida que os produtos são fabricados. Isso ocorre porque, de acordo com esses contratos, os equipamentos são feitos de acordo com as especificações do cliente e, se um contrato for rescindido pelo cliente, a Companhia terá direito ao reembolso dos custos incorridos até a data, incluindo uma margem razoável. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais.

As vendas dos produtos são reconhecidas sempre que há o faturamento de produtos conforme pedidos devidamente aprovados pela diretoria comercial, transmitidos pelos clientes, distribuidores e representantes.

(ii) Venda de bens – peças de reposição e acessórios

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no pedido com o cliente. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

Tendo em vista o volume e pulverização das suas vendas e a relevância do respectivo valor registrado em suas demonstrações financeiras, a Companhia ao final do ano controla a confirmação da entrega dos produtos para o registro contábil dessas receitas no correto período de competência. A determinação do montante de receita a ser reconhecido, bem como o momento do seu reconhecimento, requer da Administração da Companhia uma análise detalhada dos termos e condições das vendas, além de envolver o uso do julgamento profissional.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes a propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, de que for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia, de que os custos associados e a possível devolução de mercadorias podem ser estimada de maneira confiável, de que não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, e de que o valor da receita operacional possa ser mensurada de maneira confiável. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas.

c. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Juros sobre aplicações financeiras;
- Descontos concedidos e descontos obtidos;
- Variações cambiais ativas e passivas;
- Tarifas bancárias;
- Despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos; e
- Juros e atualizações sobre outros ativos e passivos.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

d. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anual para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se alguns critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados na extensão em que seja provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos, de acordo com o CPC 32 “Tributos Diferidos” o passivo diferido será reconhecido quando for provável a liquidação do valor contábil do ativo que tornará futuros pagamentos de tributos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apurou prejuízo fiscal e base negativa no montante de R\$ 7.625 (R\$ 5.380 em 2024). O prejuízo fiscal e base negativa acumulado totaliza R\$ 23.836 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 16.211 em 2024), conforme demonstrado na Nota 23.b – Imposto de renda e contribuição social diferidos.

e. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no critério do custo médio ponderado e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições

existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

f. Investimentos

A Companhia determina que possui controle sobre uma investida quando detém poder sobre suas atividades relevantes, está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis provenientes de seu envolvimento com a investida e possui a capacidade de afetar esses retornos por meio do exercício desse poder, conforme previsto no CPC 36 (R3). A Companhia possui duas investidas que atendem à definição de controladas, entretanto, os efeitos patrimoniais e de resultado dessas controladas são considerados imateriais para fins de apresentação de demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2025, o total de ativos das controladas era de R\$ 376, e o prejuízo apurado no período somou R\$ 94. As transações com a controlada Jumil Transportes e Comércio Ltda. resultaram em saldo a receber de R\$ 1.671 (R\$ 1.547 em 2024), registrado em demais contas a receber. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024, a controlada Jumil México Implementos Agrícolas S. de R.L. de C.V não era operacional.

Consequentemente, com base nesses montantes, a Administração conclui que a elaboração das demonstrações financeiras consolidadas não alteraria de forma relevante a compreensão da posição patrimonial e financeira da Companhia, conforme os princípios de materialidade estabelecidos no CPC 26. Dessa forma, a Companhia apresenta apenas suas demonstrações financeiras da controladora.

Informações adicionais sobre essas controladas estão apresentadas na Nota 14.

g. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos sejam auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado nas vidas úteis dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado.

As vidas úteis dos itens de imobilizado, para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Anos
Edifícios e benfeitorias	10 a 60

Máquinas, equipamentos e ferramentas	5 a 60
Instalações industriais	5 a 60
Veículos e equipamentos de transporte	10 a 25
Móveis e utensílios	5 a 60
Processamento de dados	5 a 15

h. Ativos intangíveis***Reconhecimento e Mensuração******Outros ativos intangíveis***

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Pesquisa e desenvolvimento

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos com desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

A partir de janeiro de 2014 a Companhia passou a capitalizar os custos com novos projetos para desenvolvimento e inovação (PD&I). Esses projetos são capitalizados pelos gastos despendidos na fase de desenvolvimento do produto. Os custos dos projetos são amortizados durante a vida útil de geração de benefício futuro do projeto, analisado pelo departamento de engenharia. Caso ocorra a descontinuidade do projeto, os gastos capitalizados são integralmente baixados.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado.

Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Amortização

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens para amortizar o custo de itens do ativo intangível, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 a 15 anos
Desenvolvimento e inovação	10 anos

i. Instrumentos financeiros**(i) Reconhecimento e mensuração inicial**

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Ativos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento de dívida; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) - instrumento patrimonial; ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao valor justo por meio do resultado (VJR):

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento de patrimônio que não é mantido para negociação, a Companhia pode escolher, irrevogavelmente, apresentar mudanças subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes. Esta opção é realizada investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado (VJR). Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) como ao valor justo por meio do resultado (VJR) se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou o época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

*Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas***Ativos financeiros a valor****justo por meio do resultado (VJR)**

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.

Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)

Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente dos ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado (VJR). Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR) são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento*Ativos financeiros*

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

j. Capital social**(i) Ações ordinárias**

As ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido.

(ii) Ações preferenciais

Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido.

Nos termos do estatuto social as ações preferenciais nominativas, sem valor nominal, sem direito a voto, serão atribuídas as seguintes vantagens: i) prioridade na distribuição do dividendo, fixo ou mínimo, de 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e ii) em prioridade no reembolso do capital; com prêmio ou sem ele.

k. Redução ao valor recuperável (*Impairment*)**(i) Ativos financeiros não-derivativos***Instrumentos financeiros e ativos contratuais*

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado;
- Investimentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); e
- Ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). As perdas de crédito esperadas são calculadas por uma taxa média, dos valores recebidos de acordo com a idade dos títulos dos últimos 5 anos.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência;
- Reestruturação de um valor devido a Companhia em termos que não seriam aceitas em condições normais;
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- O desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. Para títulos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), a provisão para perdas é debitada no resultado e reconhecida em outros resultados abrangentes (ORA).

Baixa

O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de, após cobranças amigáveis sem êxito enviar os títulos para cobrança externa e baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro for considerado incobrável e esgotarem todas as possibilidades de recebimento. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, e o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos, ou UGCs (unidades geradoras de caixa).

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre seus valores em uso ou seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados ao seu valor presente usando-se uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado e revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

l. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

m. Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal das atividades, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

n. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os juros pagos são classificados na demonstração dos fluxos de caixa como atividades operacionais.

Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, se o pagamento for devido no período de até 1 ano. Caso contrário, os empréstimos e financiamentos são apresentados como passivo não circulante.

o. Resultado abrangente

Nos exercícios de 2025 e 2024, a Companhia não realizou operações qualificáveis para apresentação das demonstrações do resultado abrangente, porém a Companhia está apresentando a referida demonstração.

7 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

a. Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis CPC 51 (substituição do CPC 26)

Ocorrerá a substituição do CPC 26 - Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas da Companhia, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Companhia também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, incluindo itens atualmente rotulados como 'outros'.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	2025	2024
Caixas e bancos	1.970	3.415
Certificados de Depósito Bancário - CDB	11.533	6.780
	<u>13.503</u>	<u>10.195</u>

Os montantes aplicados em CDB que possuem liquidez diárias e sem risco de alteração significativa de mudança de valor e são remunerados a uma taxa média próxima ao CDI - Certificado de Depósito Interbancário de aproximadamente 100% do CDI (100% do CDI em 31 de dezembro de 2024).

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e de metodologia de mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa nº 31.

9 Títulos e valores mobiliários

	2025	2024
Aplicação financeira	-	588

As aplicações financeiras são remuneradas com base no CDI, com percentuais de indexação definidos conforme condições de mercado e taxas negociadas com as instituições financeiras.

As informações sobre os riscos de créditos, taxa de juros e outros riscos relacionados a esses ativos são apresentadas na nota explicativa nº 31.

10 Contas a receber de clientes

	2025	2024
Contas a receber de clientes mercado interno	97.659	94.511
Contas a receber de clientes mercado externo	9.144	13.348
Provisão de corte de receita não realizada	(1.255)	(1.948)
Perdas por redução a valor recuperável de clientes	(7.662)	(5.053)
	<u>97.886</u>	<u>100.858</u>

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reconheceu uma perda de recebimento de créditos incobráveis no valor de R\$ 724 (R\$ 10 em 2024). A movimentação esta divulgada na nota explicativa nº 31.c.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia efetuou o cálculo do ajuste a valor presente no valor de R\$ 3.048 (R\$ 2.636 em 2024) sobre os saldos a vencer de contas a receber está líquido e considera a taxa de desconto que representa o custo de capital.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia efetuou o cálculo de satisfação de obrigação de *performance* e provisionou o valor de R\$ 1.255 sobre o faturamento *cut off* e (R\$1.948 em 2024).

A exposição da Companhia a riscos de crédito, moeda e provisões para perdas esperadas de crédito relacionados a contas a receber de clientes, a outras contas e instrumentos derivativos, bem como, o *aging list* dos saldos a receber de clientes são divulgadas na nota explicativa nº 31.

11 Estoques

	2025	2024
Produtos acabados	9.900	18.984
Produtos em elaboração	13.986	18.592
Materiais diretos de fabricação	22.052	29.893
Materiais indiretos de fabricação	1.045	1.168
Embalagens e outros	136	171
Provisão corte de receita não realizada (ii)	482	901
Provisão para perdas em estoques (i)	(2.089)	(2.821)
	45.512	66.888

- (i) A provisão para perdas nos estoques é constituída para aqueles produtos que se encontram obsoletos na data das demonstrações financeiras.
- (ii) A provisão de receita não realizada (*cut off*) foi constituída de produtos não entregues em 31 de dezembro de 2025

Os estoques são avaliados pelo custo médio de aquisição ou de produção e não excedem ao valor de realização.

A movimentação da provisão de perdas é como segue:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	(2.821)	(2.468)
Adições	(876)	(1.363)
Reversões	1.608	1.010
Saldo final do exercício	(2.089)	(2.821)

12 Tributos a recuperar

	2025	2024
ICMS sobre compras de insumos (i)	2.780	9.334
IPI sobre compras (ii)	783	899
ICMS sobre compras de imobilizado	720	864
PIS e COFINS a recuperar	-	26
Outros impostos a recuperar	553	351
	4.836	11.474
Créditos a Recuperar - PIS (Tese do Século) nota nº 29	1.799	-
Créditos a Recuperar - COFINS (Tese do Século) nota nº 29	8.588	-
	10.387	-
No ativo circulante	14.484	3.762
No ativo não circulante	739	7.712

- (i) O saldo de ICMS a Recuperar, registrado no ativo circulante e não circulante, refere-se a créditos de ICMS oriundos de aquisições de insumos utilizados no processo produtivo, bem como de créditos vinculados à aquisição de bens destinados à demonstração, apurados em conformidade com a Portaria CAT nº 83/2009, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo.

Durante o exercício de 2025, a Companhia realizou a compensação de praticamente a totalidade do saldo acumulado de ICMS operacional, por meio da utilização regular dos créditos contra débitos próprios do imposto, reduzindo de forma relevante o saldo histórico acumulado.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo remanescente de ICMS a Recuperar, no montante de R\$ 2.780, é composto majoritariamente por créditos vinculados a equipamentos destinados à demonstração, trocas e garantias, além de saldos residuais de ICMS a recuperar decorrentes de operações regulares, incluindo crédito registrado na filial.

- (ii) A Companhia efetua pedidos de ressarcimento dos saldos de IPI trimestralmente. Em 2025, já foram efetuados pedidos de Ressarcimento de IPI em janeiro, abril, julho e outubro, esses pedidos estão sendo compensados com outros tributos federais.

a. Recuperação de impostos

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Companhia efetuou a recuperação de créditos de impostos indiretos no montante de R\$ 5.489 ocasionando uma importante redução da necessidade de capital de giro, com consequente elevação do fluxo de caixa operacional.

13 Partes relacionadas

Controlador final

Os controladores finais são: Fabricio Rosa de Moraes com 22,00%, FRM e Filhos Participações LTDA com 22,48% e Patrícia R. M. Crivelenti com 44,49% de participação.

Operação com pessoal chave da Administração

Remuneração do pessoal chave da Administração

A remuneração paga ao pessoal chave da administração, que inclui salários e encargos da diretoria, foi de R\$ 1.867 (R\$ 1.830 em 2024).

Mútuos a receber e a pagar com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas as operações com partes relacionadas:

Ativo não circulante	2025	2024
Fabricio Rosa de Moraes (i)	13.696	10.011
	13.696	10.011
Passivo não circulante (Nota explicativa nº18.a)	2025	2024
José Carlos Rodrigues (ii)	1.581	1.509
Patrícia Rosa Moraes Crivelenti (ii)	807	771
	2.388	2.280

- (i) Refere-se a mútuos financeiros a receber corrigidos pela TR - taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2029.
- (ii) Refere-se a mútuos financeiros a pagar, com incidência de juros pela TR – taxa referencial, com vencimento em 31 de dezembro de 2029.

14 Investimentos e provisão para perda com investimentos

a. Informações sobre investimentos

	Quantidade de ações possuídas	Percentual de participação direta	Ativo circulante	Ativo Não circulante	Total de ativos	Passivo circulante	Passivo não circulante	Total de passivos	Patrimônio líquido	Total de receitas	Total de despesas	Prejuízo do exercício
Em 31 de dezembro de 2025												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	320	38	358	1.716	-	2.982	(1.358)	220	(312)	(92)
Jumil México Impl. Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	14	4	18	6	-	6	12	2	(1)	(1)
Em 31 de dezembro de 2024												
Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)	343.483	99,91	411	40	451	1.717	-	1.688	(1.266)	764	(793)	(29)
Jumil México Impl. Agrícolas, S De R.L. De CV (ii)	2.850	95,00	882	4	885	873	-	873	13	(62)	-	(62)

b. Movimentação dos investimentos

Jumil Transporte e Comércio Ltda.(i)
Jumil México Impl. Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)

Saldos em 31 de dezembro de 2024 (1.508)	Resultado de equivalência patrimonial (92)	Saldos em 31 de dezembro de 2025 (1.600)
13	(1)	11
(1.495)	(93)	(1.589)
Saldos em 31 de dezembro de 2023 (1.479)	Resultado de equivalência patrimonial (29)	Saldos em 31 de dezembro de 2024 (1.508)
75	(62)	13
(1.404)	(91)	(1.495)

Jumil Transporte e Comércio Ltda. (i)
Jumil México Impl. Agrícolas, S De R.L. De CV(ii)

15 Imobilizado

	Terrenos	Obras em andamento	Edifícios e benfeitorias	Máquinas e equipamentos ferramentas	Instalações industriais	Veículos e equipamentos de transporte	Móveis e utensílios	Processamento de dados	Equipamentos em montagem	Total
Em 31 de dezembro de 2023										
Custo total	1.517	291	46.655	57.356	3.783	3.985	14.294	3.103	498	131.482
Depreciação acumulada	-	-	(16.564)	(32.954)	(2.633)	(2.767)	(8.072)	(2.528)	-	(65.518)
Saldo contábil, líquido	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964
Em 1º de janeiro de 2024	1.517	291	30.091	24.402	1.150	1.218	6.222	575	498	65.964
Aquisições	-	73	-	5.085	8	849	1.396	936	-	8.347
Alienações/Baixas	-	-	-	(9)	-	(440)	(40)	(140)	-	(629)
Transferência	-	-	-	498	-	-	-	-	(498)	-
Baixa da depreciação	-	-	-	-	-	256	36	113	-	405
Depreciação no exercício	-	-	(850)	(3.222)	(210)	(254)	(1.086)	(226)	-	(5.848)
Saldo contábil, líquido	1.517	364	29.241	26.754	948	1.629	6.528	1.258	-	68.239
Em 31 de dezembro de 2024										
Custo total	1.517	364	46.655	62.930	3.791	4.394	15.650	3.899	-	139.200
Depreciação acumulada	-	-	(17.414)	(36.176)	(2.843)	(2.765)	(9.122)	(2.641)	-	(70.961)
Saldo contábil, líquido	1.517	364	29.241	26.754	948	1.629	6.528	1.258	-	68.239
Em 1º de janeiro de 2025	1.517	364	29.241	26.754	948	1.629	6.528	1.258	-	68.239
Aquisições	-	2.100	153	3.371	8	611	1.720	22	-	7.985
Alienações/Baixas	-	(125)	(3)	(295)	-	(190)	(5)	(36)	-	(654)
Baixa da depreciação	-	-	1	268	-	190	2	24	-	485
Depreciação no exercício	-	-	(851)	(3.221)	(180)	(316)	(1.173)	(253)	-	(5.994)
Saldo contábil, líquido	1.517	2.339	28.541	26.877	776	1.924	7.072	1.015	-	70.061
Em 31 de dezembro de 2025										
Custo total	1.517	2.339	46.805	66.006	3.799	4.815	17.365	3.885	-	146.531
Depreciação acumulada	-	-	(18.264)	(39.129)	(3.023)	(2.891)	(10.293)	(2.870)	-	(76.470)
Saldo contábil, líquido	1.517	2.339	28.541	26.877	776	1.924	7.072	1.015	-	70.061

Redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025, não foram identificados indicadores de redução ao valor recuperável para nenhum dos ativos avaliados, razão pela qual não foram reconhecidas perdas por *impairment*.

Garantias

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia parte de seu ativo imobilizado em garantia de empréstimos e financiamentos, como detalhado a seguir:

Garantias por Natureza	2025	2024
Edifícios e Construções	7.715	7.718
Instalações	3.504	3.504
Máquinas e Equipamentos	6.381	6.283
Terrenos	908	908
Veículos	612	-
Total Geral	19.120	18.413

16 Intangível

	Software	Desenvolvimento e inovação	Total
Em 31º de dezembro de 2023			
Custo total	5.895	6.937	12.832
Amortização acumulada	(2.909)	(4.359)	(7.268)
Saldo contábil, líquido	2.986	2.578	5.564
Em 1º de janeiro de 2024	2.986	2.578	5.564
Adições	239	-	239
Alienação baixa	(1.209)	-	(1.209)
Baixa amortização	1.209	-	1.209
Amortização	(782)	(674)	(1.456)
Saldo contábil, líquido	2.442	1.905	4.347
Em 31 de dezembro de 2024			
Custo total	4.924	6.937	11.861
Amortização acumulada	(2.482)	(5.032)	(7.514)
Saldo contábil, líquido	2.442	1.905	4.347
Em 1º de janeiro de 2025	2.442	1.905	4.347
Adições	121	-	121
Alienação baixa	(409)	(10)	(419)
Baixa amortização	410	10	419
Amortização	(663)	(674)	(1.337)
Saldo contábil, líquido	1.900	1.230	3.130
Em 31 de dezembro de 2025			
Custo total	4.636	6.927	11.563
Amortização acumulada	(2.736)	(5.697)	(8.433)
Saldo contábil, líquido	1.900	1.230	3.130

Perda (“*impairment*”) do ativo intangível

Nos exercícios de 31 de dezembro de 2025 e 2024 a Companhia não identificou a existência de indicadores de que determinados ativos intangíveis poderiam estar acima do valor recuperável.

Os principais projetos desenvolvidos ou em desenvolvimento em 2025 foram:

17 Fornecedores

	2025	2024
Matéria-prima	15.216	11.205
Serviços	7.018	5.643
Energia elétrica	-	62
Materiais uso e consumo	126	157
Transporte	530	286
Manutenção	383	522
Aquisição de materiais para obras em andamento	53	11
Provisão para ajuste ao valor presente	(146)	(249)
Outros	158	156
	23.338	17.793

18 Empréstimos e financiamentos e debêntures

18.a Empréstimos e financiamentos

Essa nota divulga informações contratuais sobre a posição de empréstimos e financiamentos da Companhia. A nota explicativa nº 31 divulga informações adicionais em relação à exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros, moeda e liquidez e instrumentos financeiros derivativos.

Modalidade	Taxa	2025	2024
Capital de giro	2,00% a 3,10% a.a + CDI	48.675	80.166
Capital Fixo	3,59% a 3,79% a.a	602	1.307
Capital Fixo – Pré Fixada	2,92% a 3,50% a.a	194	102
Inovação e Pesquisa - Finep	3,8% a.a. + TR	32.071	-
Duplicata descontada	23,38% a 24,75% a.a	19.779	-
ACC - Moeda estrangeira	7,90% a 9,50% a.a + variação cambial	35.829	34.385
Mútuo a pagar com partes relacionadas (NE nº13)	TR	2.388	2.280
		139.538	118.240
No passivo circulante		(79.727)	(58.582)
No passivo não circulante		59.811	59.658
Os empréstimos e financiamentos possuem o seguinte cronograma de vencimentos:			
		2025	2024
Até doze meses		79.727	58.582
Um a três anos		32.097	52.950
Quatro a cinco anos		11.916	6.708
Seis a sete anos		15.798	-
		139.538	118.240

Em 31 de dezembro de 2025, o valor contábil dos empréstimos e financiamentos da Companhia aproxima-se do seu valor justo.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	118.240	69.085
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(118.751)	(44.940)
Captação/Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	108	109
Captação de empréstimos e financiamentos	145.180	85.598
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	26.537	40.767
Outras variações		
Provisão de juros	8.084	15.494
Variação cambial sobre empréstimos	(5.198)	-
Pagamento de juros empréstimos	(8.125)	(7.106)
Total de outras variações	(5.239)	8.388
Saldo em 31 de dezembro	139.538	118.240

18.b Debêntures

Modalidade	Taxa	2025	2024
Debêntures	3,55% a.a. + CDI	19.121	27.195
No passivo circulante		(19.121)	(6.543)
No passivo não circulante		-	20.652
As debêntures possuem o seguinte cronograma de vencimentos:			
Até doze meses		19.121	6.543
Dois a três anos		-	20.652
		19.121	27.195

No período de 2025, foram pagos principal e juros de debêntures no montante de R\$ 12.093 (R\$ 16.835 em 2024) restando um saldo em 31 de dezembro de 2025 de R\$ 19.121 (R\$ 27.195 em 2024).

Cláusulas restritivas de vencimento antecipado “(covenants)”

A Companhia possui algumas obrigações contratuais com a necessidade de manutenção de certos índices financeiros, operacionais e performance financeira previamente definidos em contrato, sendo: anualmente em 31 de dezembro: Dívida Líquida/Ebitda, Endividamento bruto e índice de liquidez corrente.

Como a Companhia não cumpriu algumas obrigações relacionadas a manutenção de certos indicadores, renegociou as condições determinadas em contrato (*waiver*) antes da data de encerramento do exercício, não sendo necessários ajustes às demonstrações financeiras. A Companhia espera cumprir os *covenants* dentro de 12 meses após a data do relatório e caso não cumpra o vencimento da dívida é antecipada.

Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de empréstimos e financiamentos:

	Debêntures	
	2025	2024
Saldos em 1º de janeiro	27.195	39.495
Variações dos fluxos de caixa de financiamento		
Pagamento de debêntures - principal	(8.006)	(12.009)
Total das variações nos fluxos de caixa de financiamento	(8.006)	(12.009)
Outras variações		
Provisão de Juros	4.019	4.534
Pagamento de juros	(4.087)	(4.825)
Total de outras variações	(68)	(291)
Saldo em 31 de dezembro	19.121	27.195

19 Salários e encargos sociais

	2025	2024
Salários e encargos sociais a pagar	3.688	3.365
Provisão de férias e encargos sobre férias	3.000	3.175
	6.688	6.540

O saldo em 31 de dezembro de 2025 e 2024 de salários e encargos sociais a pagar, compreende substancialmente de salários e ordenados a funcionários e as contribuições ordinárias de INSS e FGTS do mês corrente.

a) Parcelamentos de encargos sociais

Estes impostos estão sendo corrigidos de acordo com a legislação vigente.

	2025	2024
Parcelamento INSS	22	85
Parcelamento FGTS	2.880	3.793
Parcelamentos de encargos sociais	2.902	3.878
No passivo circulante	(1.322)	(1.453)
No passivo não circulante	1.580	2.425

b) Parcelamentos de tributos sobre o lucro

	2025	2024
Parcelamento IRPJ e CSLL (a)	11.046	16.713
Parcelamentos de tributos sobre o lucro	11.046	16.713
No passivo circulante	(7.377)	(6.693)
No passivo não circulante	3.699	10.020

20 Adiantamentos de clientes

O saldo de adiantamentos de clientes no montante total de R\$ 3.833 (R\$ 2.079 em 2024) está composto por produtos a serem faturados no prazo de até 60 (sessenta) dias.

21 Outras contas a pagar

	2025	2024
Faturamento antecipado para entrega futura	2.800	2.410
Obrigações contratuais	1.683	2.101
Provisões diversas (i)	1.034	1.131
Cabemil	179	95
Rescisão contratual de representante comercial autônomo	-	11
Serviços contratados	48	33
Outros	626	708
	6.370	6.489
No passivo circulante	(5.178)	(4.867)
No passivo não circulante	1.192	1.622

- (i) Referem-se, substancialmente, a provisão para adiantamento de viagens a funcionários, participação nos lucros da diretoria e dos funcionários referente a exercícios anteriores e outros indicadores de *performance* que não exclusivamente lucros.

22 Provisão para demandas judiciais

	2025	2024
Em 1º. de janeiro	2.937	3.152
Reversão	(456)	(406)
Adição	320	191
Em 31 de dezembro	<u>2.801</u>	<u>2.937</u>

Na data das demonstrações financeiras, a Companhia apresentava provisão decorrente de pagamentos de comissões de vendas a pessoas jurídicas prestadoras de serviços no valor de R\$ 929 (R\$ 1.065 em 2024).

As provisões para contingências referem-se, substancialmente, a processos de natureza trabalhista e cível no valor de R\$ 1.872 (R\$ 1.872 em 2024).

Depósitos judiciais

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de depósitos judiciais totalizava R\$ 1.917 (R\$ 1.921 em 31 de dezembro de 2024), referente a depósitos judiciais de natureza trabalhistas, civis e tributários.

23 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

a. Imposto de renda e contribuição social a compensar

Abaixo estão demonstrados os saldos de imposto de renda e contribuição social antecipados na data base:

	2025	2024
IRPJ - Imposto de renda da pessoa Jurídica	-	365
CSLL - Contribuição sobre o lucro líquido	-	78
	<u>-</u>	<u>443</u>

b. Imposto de renda e contribuição social diferidos

O de imposto de renda e contribuição social diferidos são advindos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como, diferenças temporárias, como segue:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Prejuízo fiscal de imposto de renda e base negativa de contribuição social	23.836	16.211	-	-	7.625	5.380
Provisão para perda em estoque	710	959	-	-	(249)	120
Ajuste a valor presente	987	812	-	-	175	(13)
Perdas não realizadas em operações de derivativos	238	256	-	-	(18)	256
Provisão para demandas judiciais	966	999	-	-	(33)	(73)
Provisão para garantias	322	1.107	-	-	(785)	634
Provisões para comissões dos representantes comerciais	1.527	1.831	-	-	(304)	(206)
Provisão por redução ao valor recuperável de clientes	2.605	1.718	-	-	887	847
Variação cambial passiva a realizar	569	3.348	-	-	(2.778)	3.379
Provisão para pagamento P.L.R.	352	385	-	-	(33)	(251)
CPC 47 - Ajustes de Receita Bruta / Custos/Despesas	263	429	-	-	(166)	429
Outras	(66)	(125)	-	-	59	173
Ganhos não realizados em operações de derivativos	-	-	(8)	(1.138)	1.130	(1.138)
Reserva de reavaliação de imobilizado	-	-	(947)	(996)	49	49
Depreciação - diferença entre a depreciação contábeis e fiscal	-	-	(3.712)	(3.611)	(101)	(337)
	<u>32.309</u>	<u>27.928</u>	<u>(4.667)</u>	<u>(5.744)</u>	<u>5.458</u>	<u>9.249</u>
(*) Compensação	<u>(4.667)</u>	<u>(5.744)</u>	<u>4.667</u>	<u>5.744</u>		
Líquido	<u>27.642</u>	<u>22.184</u>	<u>-</u>	<u>-</u>		

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos são compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

Os ativos diferidos de imposto de renda decorrentes de prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias são reconhecidos contabilmente levando-se em consideração a realização provável desses tributos, a partir de projeções de resultados elaboradas com base em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

c. Imposto de renda e contribuição social corrente

A conciliação da despesa calculada pelas alíquotas combinadas da despesa do imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício é demonstrada como segue:

	2025	2024
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	(22.961)	(33.183)
Adições permanentes, líquidas (i)	6.909	5.980
	(16.052)	(27.203)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota efetiva	5.458	9.249
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	5.458	9.249
Taxa efetiva	24%	28%
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Corrente	-	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício - Diferido	5.458	9.249

(i) Natureza da adição/exclusão conforme materialidade do Saldo

	2025	2024
Multas por infração à legislação fiscal	46	17
Contribuições não compulsórias	97	123
Brindes	93	154
Doações	206	70
Resultado negativo decorrente de investimento avaliado pela equivalência patrimonial	93	91
Benefícios indiretos a administradores	21	25
Perdas por obsolescência e descontinuidade no estoque	9.469	5.304
Outras adições	2.130	196
Atualização de indébito tributário decorrente de decisão judicial transitado em julgado	(5.246)	-
	6.909	5.980

24 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 e 2024, o capital social integralizado da Companhia é de R\$ 100.000, dividido em 921.613 ações ordinárias e 921.613 ações preferenciais, não resgatáveis, todas nominativas e sem valor nominal no valor nominal de R\$ 19,6394 cada uma, conforme quadro abaixo:

	2025 e 2024			
	Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Total de ações	%
Total de ações	921.613	921.613	1.843.226	100,00

Em 14 de maio de 2024, a Companhia aprovou a integralização capital no montante de R\$ 63.800, provenientes da “Reservas de lucros”, e seu capital subscrito passou de R\$ 36.200 para R\$ 100.000 sem a emissão de novas ações.

b. Ajuste de avaliação patrimonial

Corresponde ao saldo da mais valia dos principais grupos de bens do ativo imobilizado (Nota explicativa nº 15). A referida “reserva” está registrada líquida dos efeitos tributários, e será realizada apenas por ocasião das depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens que receberem mais valia de custo atribuído, quando os montantes apurados da realização serão transferidos para lucros acumulados.

25 Receita operacional líquida

	2025	2024
Receita de venda de máquinas e implementos	335.451	417.541
Receita de venda de peças de reposição e acessórios	27.102	18.820
Receita de serviços	910	755
Devoluções	(86.289)	(120.771)
PIS	(2.785)	(3.159)
COFINS	(13.324)	(15.086)
ICMS	(14.646)	(15.713)
	246.419	282.387

26 Custos das vendas e serviços

	2025	2024
Consumo de materiais	118.766	133.004
Custo com pessoal	37.790	30.922
Custo ociosidade produtiva com pessoal	10.286	9.395
Custos de depreciação de bens	5.407	4.632
Energia elétrica	2.769	3.532
Industrialização sobre encomenda (ISE)	2.261	3.255
Custo com manutenção	2.555	2.966
Serviços de terceiros	3.226	3.150
Aluguéis e arrendamentos	766	558
Custo com logística operacional	1.023	1.181
Pesquisa e desenvolvimento de produtos	13	68
Outros	2.221	5.797
	187.083	198.460

27 Despesas por natureza

	2025	2024
Despesas com pessoal	23.543	26.897
Comissões sobre vendas	12.025	16.305
Impostos, taxas e multas	1.602	1.754
Viagens e representações	3.604	4.527
Fretes	5.059	6.573
Depreciação e amortização	1.924	2.003
Manutenções	1.326	1.573
Serviços de terceiros	7.427	9.485
Provisões e reversões	475	4.856
Publicidade e propaganda	3.857	4.121
Arrendamentos	1.552	1.859
Assistência técnica e garantia	9.180	691
Perdas por obsolescências e descontinuidade no estoque	1.405	5.304
Seguros	89	237
Outras	7.703	5.119
	80.771	91.304
Classificadas como:		
Despesas gerais e administrativas	37.293	34.188
Despesas com vendas	43.478	57.116
	80.771	91.304

28 Outras receitas operacionais, líquidas

	2025	2024
Recuperação de despesas	1.302	1.043
Resultado na venda de imobilizado	567	4
Recuperação de impostos- PIS e COFINS (Tese do Século) nota nº 29 (i)	10.769	-
SICOOB - Integralização de rateio (Receita)	62	33
Outros	943	141
	13.643	1.221

29 Receitas financeiras

	2025	2024
Variação cambial	15.874	5.769
Descontos obtidos	62	172
Rendimento de aplicação financeira	308	399
Receita sobre investimentos temporários	950	836
Ganhos em Operações de <i>Swap</i> - Não Realizado	-	2.592
Ganhos em Operações de <i>Hedge/Swap</i> - Realizado	874	164
Juros S/ Recuperação de Tributos - PIS (Tese do Século) (i)	950	-
Juros S/ Recuperação de Tributos - COFINS (Tese do Século) (i)	4.296	-
Outros	483	670
	23.797	11.357

- (i) Em conformidade com decisão judicial transitada em julgado, a Companhia obteve êxito em ação judicial que reconheceu o direito à exclusão do ICMS destacado nas notas fiscais da base de cálculo das contribuições ao PIS e à COFINS. Com base nessa decisão, e em observância aos princípios contábeis aplicáveis e à legislação vigente, os créditos foram reconhecidos contabilmente no exercício de 2025.

O valor total reconhecido foi de R\$ 16.015 em 2025, sendo:

- R\$ 10.769 registrados como receita operacional não recorrente, referente à recuperação dos valores pagos indevidamente;
- R\$ 4.822 reconhecido em agosto de 2025 e R\$ 424 reconhecidos a partir de setembro a dezembro 2025, registrados como receita financeira, correspondente aos juros incidentes sobre os valores recuperados.

30 Despesas financeiras

	2025	2024
Juros sobre empréstimos bancários	(11.085)	(11.290)
Juros sobre debêntures	(4.021)	(4.534)
Juros sobre duplicatas descontadas e contribuições e impostos	(1.545)	(2.151)
Despesas bancárias diversas	(1.931)	(689)
Variação cambial	(10.066)	(16.550)
Perdas em Operações de <i>Hedge/Swap</i> - Não Realizado	(3.270)	(754)
Perdas em Operações de <i>Hedge/Swap</i> - Realizado	(816)	(116)
Juros Pagos ou Incorridos S/ Derivativos (Adm)	(2.248)	(615)
Outros	(3.891)	(1.594)
	(38.873)	(38.293)

31 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

31 de dezembro de 2025	Valor contábil				Valor justo			
	Valor justo através do resultado - VJR	Ativos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	-	13.503	-	13.503	-	-	-	-
Contas a receber	-	97.886	-	97.886	-	-	-	-
Mútuo a receber de partes relacionadas	-	13.696	-	13.696	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	5.123	-	5.123	-	-	-	-
Total	-	130.208	-	130.208	-	-	-	-
Passivos financeiros por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos	678	-	-	678	-	678	-	678
Total	678	-	-	678	-	678	-	678
Outros passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	139.538	139.538	-	139.538	-	139.538
Debêntures	-	-	19.121	19.121	-	19.121	-	19.121
Total	-	-	158.659	158.659	-	158.659	-	158.659
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	29.708	29.708	-	-	-	-

	Valor justo através do resultado - VJR	Valor contábil Ativos financeiros a custo amortizado	Outros Passivos Financeiros	Total	Valor justo Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
31 de dezembro 2024								
Ativos financeiros por meio do resultado								
Instrumentos financeiros derivativos	2.592	-	-	2.592	-	2.592	-	2.592
Títulos e valores mobiliários	588	-	-	588	-	588	-	588
Total	3.180	-	-	3.180	-	3.180	-	3.180
Ativos financeiros mensurados a custo amortizado								
Caixa e equivalentes de caixa	-	10.195	-	10.195	-	-	-	-
Contas a receber	-	100.858	-	100.858	-	-	-	-
Empréstimos com partes relacionadas	-	10.011	-	10.011	-	-	-	-
Demais contas a receber	-	4.107	-	4.107	-	-	-	-
Total	-	125.171	-	125.171	-	-	-	-
Outros Passivos financeiros								
Empréstimos e financiamentos	-	-	118.240	118.240	-	118.240	-	118.240
Debêntures	-	-	27.195	27.195	-	27.195	-	27.195
Total	-	-	145.435	145.435	-	145.435	-	145.435
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo								
Fornecedores e outras contas a pagar	-	-	24.282	24.282	-	-	-	-

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis, é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis. Para os instrumentos financeiros, incluindo *swaps* utilizamos o método de mensuração do valor justo *hedge*, este é determinado com base na avaliação do risco de crédito e mercado, considerando a relação entre o instrumento financeiro e o ativo ou passivo que está sendo “*hedgado*”.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Não ocorreram transferências entre níveis a serem consideradas em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

(i) Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

(ii) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

As políticas de concessão de crédito a clientes são definidas pela Administração e a concessão dos limites é aprovada pelos comitês de crédito conforme alçadas definidas nas referidas políticas. A utilização desses limites de crédito é monitorada constantemente. As vendas para clientes são liquidadas por meio do pagamento de títulos na rede bancária e não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício.

O risco de crédito das contas a receber advém de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Todos os clientes são monitorados via SERASA e, em caso de restrições o limite de crédito é suspenso até regularização. Em casos de vendas a prazo é adotado procedimento de emissão de Contrato de Compra e Venda com Reserva de Domínio.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia tem como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. Além disso, outra política que busca mitigar o risco de crédito é manter saldos de aplicações financeiras proporcionalmente ao saldo de financiamentos junto a cada uma das instituições. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição a risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2025	2024
Caixa e equivalentes de caixa	13.503	10.195
Instrumento financeiro derivativo	-	2.592
Títulos e valores mobiliários	-	588
Contas a receber de clientes	97.886	100.858
Demais contas a Receber	5.123	4.107
Mútuo a receber de partes relacionadas	13.696	10.011
	130.208	128.351

Perdas por redução no valor recuperável

A composição por vencimento dos recebíveis de clientes da Companhia na data das demonstrações financeiras, sem incluir o ajuste a valor presente, foi a seguinte:

	2025	2024
A vencer	88.342	92.157
Vencidas até 30 dias	3.304	1.143
Vencidas de 31 a 60 dias	1.911	1.200
Vencidas de 61 a 90 dias	999	624
Vencidas de 91 a 180 dias	1.333	3.273
Vencidas de 181 a 365 dias	3.215	3.708
Vencidas a mais de 365 dias	7.699	5.754
	106.803	107.859

Os saldos em aberto são realizáveis no curto prazo e a análise sobre esses valores não revelou expectativas de perdas em montante superior ao valor provisionado.

Natureza das provisões	2025	2024
Saldo em 1º de janeiro	5.053	2.562
(-) Baixas de contas a receber como incobráveis	(724)	(10)
(+) Constituição da provisão – perdas esperadas	3.664	2.696
(-) Reversão da provisão – reversão	(331)	(195)
Saldo em 31 de dezembro	7.662	5.053

A Companhia adota o critério de provisionar seus recebíveis vencidos e a vencer de acordo com o CPC 48.

Foram analisados os valores recebidos dos últimos 3 anos para se encontrar as taxas médias de recebimento dos recebíveis a vencer de acordo com a idade e utilizado uma análise de cada cliente vencido através de uma classificação de “A” até “H” para efetuar a provisão para perdas de crédito esperadas.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia acredita que, conforme indicado acima, a provisão para perdas esperadas de crédito foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração em face de eventuais perdas.

(iii) **Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza de sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia tem como política operar com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras pelo menos por um ciclo operacional; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e movimentos cíclicos do mercado de *commodities*.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significativamente mais cedo ou em montantes significativamente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

		2025			
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 3 e 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	29.708	29.854	28.662	1.192	-
Empréstimos e financiamentos	139.538	152.682	84.291	40.677	11.916
Debêntures	19.121	21.382	21.382	-	-
	188.367	203.918	134.335	41.869	11.916
		2024			
	Valor contábil	Fluxo contratual	Até 12 meses	entre 1 e 2 anos	entre 3 e 5 anos
Fornecedores e outras contas a pagar	24.282	24.531	22.909	1.622	-
Empréstimos e financiamentos	118.240	122.137	55.905	58.998	7.233
Debêntures	27.195	33.085	9.790	23.295	-
	169.717	179.753	88.604	83.915	7.233

(iv) **Risco de mercado**

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros têm nos resultados da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia para a aquisição de matéria prima, e a venda de produtos. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge para mitigar esses riscos. Ao longo do exercício a Companhia contratou operações relativas a instrumentos financeiros como hedge para tais fins. Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2025 compreendem unicamente operações em dólares norte-americanos e estão assim apresentados:

		2025		2024	
		R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Ativo					
Instrumento financeiro derivativo	31	-	-	2.592	419
Contas a receber de clientes	10	13.348	2.426	13.348	2.758
Total		13.348	2.426	15.940	3.177

	Nota	2025		2024	
		R\$	US\$ (mil)	R\$	US\$ (mil)
Passivo					
Instrumento financeiro derivativo	31	678	123	-	-
Empréstimos e financiamentos US\$	18.a	35.829	6.512	34.385	7.104
Total		36.507	6.635	34.385	7.104

Análise de sensibilidade de câmbio

A Companhia adota três cenários para a análise de sensibilidade, sendo um provável, apresentado, abaixo, e quatro que possam apresentar efeitos de deterioração no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário Provável foi definido internamente pela Companhia e representa a expectativa com relação à variação deste indicador para os próximos 12 meses. Os cenários Possível e Remoto foram preparados com o agravamento do risco em -25%, -50%, 25% e 50%, respectivamente. A metodologia utilizada foi o recálculo do valor presente das transações em dólares norte-americanos com estresse de cada cenário sobre a taxa de mercado do dia 31 de dezembro de 2025, subtraído do valor já reconhecido e apurando-se o valor do resultado no qual a Companhia seria afetado de acordo com cada cenário. A análise considera que todas as outras variáveis, especialmente as taxas de juros, são mantidas constantes.

	Exposição em 2025		Câmbio médio	Exposição em 2025	Redução em		Elevação em	
	R\$	Risco		US\$ (mil)	-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Contas a receber	13.348	Câmbio	5,50	2.426	(6.674)	(3.337)	6.674	3.337
Total	13.348			2.426	(6.674)	(3.337)	6.674	3.337
Passivos								
Instrumento financeiro derivativo	678	Câmbio	5,50	123	(339)	(170)	339	170
Empréstimos e financiamentos US\$	35.829	Câmbio	5,50	6.512	(17.915)	(8.957)	17.915	8.957
Total	35.829			6.635	(18.254)	(9.127)	18.254	9.127
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(12.464)		24.928	12.464

	Exposição em 2024		Câmbio médio	Exposição em 2024	Redução em		Elevação em	
	R\$	Risco		US\$ (mil)	-50%	-25%	50%	25%
Ativo								
Instrumento financeiro derivativo	2.595	Câmbi	6,19	419	(1.296)	(648)	1.296	648
Contas a receber	13.348	Câmbi	6,19	2.156	(6.674)	(3.337)	6.674	3.337
Total	15.943			2.575	(7.970)	(3.985)	7.970	3.985
Passivos								
Empréstimos e financiamentos	34.385	Câmbi	6,19	5.553	(17.193)	(8.596)	17.193	8.596
Total	34.385			5.553	(17.193)	(8.596)	17.193	8.596
Impacto líquido no resultado e no patrimônio líquido					(12.581)		25.163	12.581

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia estar sujeita a ganhos ou perdas em seus ativos ou passivos financeiros decorrentes de variações nas taxas de juros. Visando a mitigação deste tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas pré-fixadas e pós-fixadas.

Exposição ao risco de taxa de juros

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da -
Companhia eram:

		2025	2024
Ativo Financeiros	Aplicações financeiras	11.533	6.780
	Títulos e valores mobiliários	-	588
	Instrumento financeiro derivativo	-	2.592
Passivos Financeiros	Empréstimo e financiamento	139.538	118.240
	Debêntures a pagar	19.121	27.195
	Instrumento financeiro derivativo	678	-

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas são apresentados nas tabelas a seguir:

			Cenários									
			Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%	
					%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Exposição 31/12/2025	Risco		%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	1.970	CDI	15,00	296	18,75	369	22,50	443	11,25	222	7,50	148
Títulos e valores imobiliários	11.533	CDI	15,00	1.730	18,75	2.162	22,50	2.595	11,25	1.297	7,50	865
Instrumento financeiro derivativo	-	CDI	15,00	-	18,75	-	22,50	-	11,25	-	7,50	-
Total dos ativos financeiros	13.503			2.026		2.531		3.038		1.519		1.013
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(48.675)	CDI	15,00	(7.301)	18,75	(9.127)	22,50	(10.952)	11,25	(5.476)	7,50	(3.651)
Capital Fixo	(796)	TJLP	9,19	(73)	11,49	(91)	13,79	(110)	6,89	(55)	4,60	(37)
Debêntures	(19.121)	CDI	15,00	(2.868)	18,75	(3.585)	22,50	(4.302)	11,25	(2.151)	7,50	(1.434)
Investimentos Inovação e Pesquisa	(32.071)	TR	0,17	(56)	0,22	(71)	0,26	(83)	0,13	(42)	0,09	(29)
Instrumento financeiro derivativo	(678)	CDI	15,00	(102)	18,75	(127)	22,50	(153)	11,25	(76)	7,50	(51)
Total dos passivos financeiros	(101.341)			(10.400)		(13.001)		(15.600)		(7.800)		(5.203)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(8.374)	(2.096)		(4.188)		2.093		4.185	

Fonte: As informações do CDI, TJLP, DOLAR e EURO foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2025.

					Cenários							
		Provável		Aumento do Índice em 25%		Aumento do Índice em 50%		Redução do Índice em 25%		Redução do Índice em 50%		
Exposição 31/12/2024	Risco	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	
Ativos financeiros - Aplicações												
Caixa equivalentes caixa	6.780	CDI	12,15	824	15,19	1.030	18,23	1.236	9,11	6.18	6,08	412
Títulos e valores imobiliários	588	CDI	12,15	71	15,19	89	18,23	107	9,11	54	6,08	36
Instrumento financeiro derivativo	2.592	CDI	12,15	315	15,19	394	18,23	473	9,11	236	6,08	158
Total dos ativos financeiros	9.960			1.210		1.513		1.816		908		606
Passivos financeiros - Empréstimos e financiamentos												
Capital de giro	(80.166)	CDI	12,15	(9.740)	15,19	(12.177)	18,23	(14.615)	9,11	(7.303)	6,08	(4.875)
Capital Fixo	(1.307)	TJLP	7,43	(97)	9,29	(121)	11,15	(146)	5,57	(73)	3,72	(49)
Debêntures	(27.195)	CDI	12,15	(3.304)	15,19	(4.131)	18,23	(4.958)	9,11	(2.477)	6,08	(1.653)
Total dos passivos financeiros	(108.668)			(13.141)		(16.392)		(19.719)		(9.853)		(6.577)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				(11.931)		(2.948)		(5.972)		2.986		5.960

Fonte: As informações do CDI, TJLP, DOLAR e EURO foram extraídas do site do Banco Central, todas essas com a data-base do último dia útil de dezembro de 2024

32 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprios e terceiros, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2025	2024
Gestão do Capital		
Total do passivo	228.938	218.005
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(13.503)	(10.195)
(=) Dívida líquida (a)	215.435	207.810
Total do patrimônio líquido (b)	73.920	91.423
Relação da dívida líquida sobre o capital ajustado (a/b)	2,91	2,27

33 Eventos subsequentes

(i) Negociação de passivos financeiros

Entre os meses de janeiro a março de 2026, a Companhia concluiu negociações para alongamento de operações de empréstimos e financiamentos, incluindo operações de capital de giro e Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC), no montante total de R\$ 53.920. Como resultado, houve alteração do perfil de vencimento dessas operações após a data-base dessas demonstrações financeiras.

As principais condições pactuadas incluem:

- R\$ 9.165 – Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACC) junto ao Banco do Brasil, com vencimento em 19 de maio de 2026;
- R\$ 9.700 – capital de giro junto ao Banco do Brasil, com vencimento em 25 de janeiro de 2031;
- R\$ 9.300 – capital de giro junto ao Banco Itaú, com vencimento em 13 de janeiro de 2031;
- R\$ 7.129 – capital de giro junto ao Sicoob Cocred, com vencimento em 22 de janeiro de 2029;
- R\$ 18.626 – capital de giro junto ao Banco Bradesco, com vencimento em 20 de fevereiro de 2030.

Adicionalmente, a Companhia mantém tratativas com instituições financeiras para novas negociações.

(ii) Debêntures

Em Assembleia Geral de Debenturistas, realizada em 26 de fevereiro de 2026, foi aprovada a liberação de determinadas garantias, bem como a prorrogação do vencimento do pagamento do principal das debêntures, no montante de R\$ 2.000, originalmente previsto para 09 de março de 2026, para 07 de maio de 2026.

As deliberações descritas nos itens (i) e (ii) foram formalizadas após a data-base das demonstrações financeiras e, portanto, são apresentadas como eventos subsequentes não ajustáveis, com divulgação requerida conforme o CPC 24 – Evento Subsequente.

Fábio Chencchi Côrrea
Diretor Presidente

Marcelo Di Lello
Contador - CRC 1 SP-326320/O-6